

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá – MT, 23 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT**

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembleia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

**“EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 30 de abril de 2012, às 10 horas, na sede social, na Rua Manoel dos Santos Coimbra nº 184 – Cuiabá - MT, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação das Contas dos Administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011;
- b) Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício de 2011;
- c) Eleição dos integrantes do Conselho de Administração;

- d) Eleição e fixação da remuneração dos integrantes do Conselho Fiscal; e
- e) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2012.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia e no seu endereço eletrônico www.cemat.com.br/investidores, bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de comprovação de sua identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela entidade administradora da custódia fungível de ações da Companhia.”

Para facilitar a consulta e o manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

Nº	Informação e/ou Documento
1.	Comentários dos Administradores
2.	Destinação dos Resultados
3.	Eleição de integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal
4.	Remuneração dos Administradores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Empresa, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.- Cemat (“Cemat” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Mato Grosso com sede na cidade de Cuiabá-MT.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

No exercício de 2011, a receita bruta foi composta por 89,2 % de clientes cativos. Vale acrescentar que parte da receita bruta, 9,4, é composta da receita de construção. Essa receita é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.

A diretoria entende que a companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve uma redução de 0,3% em 2009, um crescimento de 7,5% em 2010, e um crescimento de 2,7 % em 2011¹. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) aumentou de 8,65% em 2009, considerando o último dia de cada ano, para 10,67% em 2010 e aumentou para 10,91% em 2011.

A Companhia opera predominantemente na região Centro-Oeste e o crescimento econômico, nessa região, pode ser, o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias nos Estados do Mato Grosso, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesses Estados. O consumo de energia, medido em MWh, no Estado do Mato Grosso aumentou 4,8% nos últimos cinco anos a média anual de 2007 a 2011. De 2010 a 2011, esse crescimento foi de 3,3%². Além disso, a Companhia acredita que o estado possui significativo potencial para desenvolvimento econômico que se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

¹ Fonte: http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_brasileira.htm

² Fonte: <http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Consumo%20nacional%20de%20energia%20el%C3%A9trica%20por%20classe%20-%201995-2011.pdf>

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população do Estado de Mato Grosso. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$10,1 bilhões até 2010 e após 11,2 bilhões no estado de Mato Grosso, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social é de R\$710,2 milhões, integralmente realizado, representado por 118.853 mil ações escriturais, sem valor nominal, sendo 41.018 mil ações ordinárias e 77.835 ações preferenciais.

As ações representativas do capital social da Companhia serão escriturais, permanecendo em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei n. 6.404/76.

Os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria da Companhia, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

As ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias, não terão direito de voto nas Assembleias Gerais e gozarão dos seguintes direitos:

- (i) recebimento de dividendos mínimos de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, na forma prevista no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, e no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- (ii) prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado por Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 36,0% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 64,0% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

i. hipóteses de resgate

Não há.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil para adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$mil)	2011	2010	2009
Empréstimos, financiamento e debêntures e encargos	1.298.728	1.258.367	1.034.821
Total de Disponibilidade (1)	158.896	109.376	35.145
Total Sub-rogação CCC	116.991	187.967	249.369
Dívida Líquida (2)	1.022.841	1.961.024	750,307

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos a disponibilidade e a Sub-rogação CCC .

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos utilizadas pela companhia são: (1) Eletrobrás - a Eletrobrás fornece uma taxa de juros subsidiada de aproximadamente 6% ao ano e prazos de amortização em média de 120 meses; (2) Debêntures no valor total de R\$250 milhões em 13 séries, a primeira série ao custo de CDI + 2,75% a.a. e as demais séries ao custo de IPCA + 9,15% a.a. com prazo de vencimento de 48 meses. A amortização do principal, para a 1ª série, será mensal a partir do 7º mês da data de emissão. A primeira amortização do principal para as demais séries sucedem-se do 12º ao 23º meses a partir da data de emissão, repetindo-se assim sucessivamente para as demais séries IPCA. A amortização dos juros para a 1ª série será mensal a partir da data de emissão e as demais séries anualmente na mesma data da amortização do principal (3) emissão de debêntures no valor total de R\$98 milhões ao custo de CDI + 3,90% a.a. com prazo de vencimento de 60 meses. A amortização do principal será mensal a partir do 7º mês da data de emissão e os juros no primeiro mês subsequente a data de sua emissão e (4) emissão de debêntures no valor total de R\$100 milhões ao custo de CDI + 3,75% a.a. com prazo de vencimento de 72 meses. A amortização do principal será mensal à partir do 3º mês da data de emissão e os juros no primeiro mês subsequente a data de sua emissão.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.298,7 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações e sub-rogação CCC era de R\$1.022,8 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice “dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido”, o resultado em 31 de dezembro de 2011 foi de 44,5%.

(R\$ mil)	Em 31 de Dezembro de		
	2011	2010	2009
Dívida financeira líquida	1.022.841	961.024	750.307
Patrimônio líquido	1277.159	1.168.610	1.156.005
Índice de endividamento	0,44	0,45	0,39

Definições:

Dívida Financeira Líquida –significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido.

$$\text{Índice de endividamento} = \frac{\text{Dívida Financeira Líquida}}{\text{Dívida Financeira Líquida} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em março de 2011, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 3a emissão, não conversíveis em ações ,em série única, no montante de R\$98.000. A emissão foi composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$1.000. O prazo de vencimento é de 5 anos. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago em 54 parcelas mensais e sucessivas. As primeiras 53 parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,8518% do valor nominal, têm a primeira parcela devida em 7/11/2011, com seis meses de carência, e a última em 7/3/2016. A 54a parcela corresponde ao saldo devedor do valor nominal e será devida na data de vencimento das debêntures, ou seja, 7/4/2016. O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado. A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,90% a.a. e será paga mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento de encargos financeiros em 7/5/2011 e o último na data de vencimento. Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 4,83% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 649/2010. Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$885. Os recursos obtidos por meio destas emissões serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos.

Em outubro de 2011, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 4a emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante total de no mínimo R\$50.000 e máximo R\$100.000. A emissão será composta de no mínimo 500 e no máximo 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$100. O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão que será em 19/10/2011, vencendo-se, portanto em 19/10/2017. O pagamento será em 69 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 68 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1a parcela em 19/2/2012 e a 69a parcela, no valor correspondente

ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/10/2017. A remuneração das debêntures é de 100% do CDI mais 3,75% a.a. e será paga mensalmente, a partir da data de emissão, no dia 19 de cada mês, ocorrendo o primeiro pagamento em 19/11/2011 e o último em 19/10/2017. Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 5,54% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 649/2010. Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$212. Os recursos obtidos por meio desta emissão serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da Companhia.

A companhia ainda conta com um ativo a receber de R\$117,0 milhões, referente recursos da sub-rogação da CCC, para amortização de parte de seu passivo financeiro, contratado para execução de obras nos sistemas de transmissão Sapezal, Tabaporá, Baixo Araguaia, Nova Monte Verde, Jurueña, e Sapezal/Comodoro. Trata-se de subsídio oriundo da implantação de projetos elétricos que proporcionam a redução do dispêndio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), e que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais, em virtude de obras que promovem a desativação de usinas térmicas e conseqüente redução no consumo de óleo diesel. Esses valores estão contabilizados no ativo da companhia e, de acordo com as regras estabelecidas pela ANEEL, esses benefícios são repassados à concessionária, após efetiva energização das obras, para pagamento da totalidade dos empréstimos obtidos para execução dessas obras.

São demonstradas abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2011:

Eletrobrás: empréstimos tomados para expansão dos sistemas de sub-transmissão, distribuição, comercialização, Programa Nacional de Irrigação e Programa Luz no Campo, sendo que a data de vencimento do último contrato ocorrerá em agosto/2022, com amortização mensal e trimestral, e as taxas de juros variam de 6% a 8,5% a.a., mais a variação do FINEL e UFIR, todos os contratos com carência de dois anos para o início das amortizações.

Houve a liberação da 1ª parcela no mês de agosto/2008, do contrato ECF 2673/2007, provindo dos recursos da RGR e trata do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, datado de 4/6/2008, com vencimento em novembro/2014, com prazo de amortização de 60 meses e carência de 15 meses a partir da 1ª liberação à taxa de juros de 5% a.a..

Empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização do contrato será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em fevereiro/2022, com taxas de juros de 5% a.a..

Capital de giro: As operações de capital de giros são indexadas a CDI ou IPCA, com amortização mensal e vencimento da última parcela em março/2016.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 3,92% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 10,75% a.a.

Empréstimo “Unit Notes”: em fevereiro/2006, a CEMAT efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos à “Unit Note”, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 22). Em agosto de 2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31.899, correspondentes a R\$61.231.

Investimentos: contratos firmados pela Companhia cujos recursos destinam-se a investimentos conforme abaixo:

Contrato, empréstimo ponte com o Bradesco, assinado em julho/2007, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras subrogados com recursos da CCC através da resolução 906, de 2/5/2007, com taxas de juros de 2,00% a.a. mais a variação de CDI, com pagamentos de juros ocorrendo em abril, agosto e outubro de 2008, e amortização das parcelas de principal, mais encargos em 42 meses vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em junho/2012;

Contrato, empréstimo ponte com o Banco Santander, assinado em março/2008, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogadas com recursos da CCC através da resolução 897 de 2/5/2007 com taxas de juros de 1,55% a.a. mais a variação de CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 48 meses vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em dezembro/2012;

Contrato, empréstimo ponte com o ITAÚ BBA, assinado em dezembro/2008 e março/2009, com a finalidade de Interligação da região de Juruena ao Sistema Interligado Nacional - SIN, com taxas de juros de 4,3% a.a. mais a variação de CDI, com pagamento único para quitação em junho/2010, no valor R\$40.000. Por meio de aditivos, a taxa passou a ser de 49% a.a. mais a variação de CDI e pagamentos mensais a partir de junho/2011 com vencimento da última parcela e junho/2016;

Contrato, empréstimo ponte com o Banco Fibra, assinado em agosto/2010, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras subrogadas com recursos da CCC através da Resolução 1.877, de 7/4/2009 com taxas de juros de 4,43% a.a. mais a variação do CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 45 meses vencendo a primeira em dezembro/2011 e a última em agosto/2015.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos de dívida aumentou 3,2%, passando de R\$ 1.258,4 milhões em 2010 para R\$ 1.298,7 milhões em 2011, principalmente devido a 3ª e 4ª emissão de debêntures, a partir de março e outubro de 2011, respectivamente (vide nota explicativa nº 21.3 – Detalhamento das Debêntures). Descontando-se, portanto, o caixa, equivalentes de caixa e sub-rogação CCC, o endividamento financeiro líquido foi de R\$ 1.022,8 milhões em 2011 e R\$ 961,0 milhões em 2010, o que representa um aumento de 6,4% (ou R\$ 61,8 milhões).

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	55.123	60.938	65.108
Moeda Nacional	350.488	379.326	255.659
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	105.173	145.286	205.236
Moeda Nacional	787.944	672.817	508.818
Total Geral	1.298.728	1.258.367	1.034.821

São demonstradas abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2011:

Tesouro nacional: Banco do Brasil S.A. – reestruturação da dívida externa, com garantias do Tesouro Nacional, contratos assinados em 18/3/1998 e 22/9/1999 com taxas de juros que variam de 6,2% a 8,2% a.a., mais taxa Libor semestral e variação cambial, com amortização semestral, e a data do último vencimento ocorrerá em abril/2024.

Finame: investimentos no sistema de transmissão, distribuição e comercialização. A taxa média de juros de 4,35% a.a., acrescido da variação da TJLP, com amortização mensal e vencimento da última parcela ocorrendo em abril/2016.

Investimentos: contratos firmados pela Companhia cujos recursos destinam-se a investimentos conforme abaixo:

Arrendamento mercantil: Moeda nacional: contratos de arrendamento mercantil de veículos e equipamentos, contratados com taxa Pré e variação do CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em março/2014. Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 3,15% a.a. Moeda estrangeira: arrendamento mercantil de aeronaves sendo uma com custo de Libor trimestral acrescido de 3,5% a.a. e a outra ao custo de 6,75% a.a., ambas acrescidas da variação cambial, com amortizações trimestrais de principal e juros, sendo que a data do último vencimento será em setembro/2020, com garantia de depósito caução de parte da dívida cujo saldo em 31/12/2011 era de R\$6.686. A dívida total a valor presente dos arrendamentos mercantis em 31/12/2011 é de R\$36.370.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.298,7 milhões, assim segmentados: (i) R\$796,1 milhões ou 61,3% de garantias reais por meio de recebíveis; (ii) R\$42,9 milhões ou 3,3% estavam garantidos por aval do Acionista Controlador, Rede Energia S.A. (“Rede”); (iii) R\$396,1 milhões ou 30,5% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A.; e (iv) R\$63,6 milhões ou 4,9% de garantias quirografárias, ou seja, livres de garantias. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

BID

Estes empréstimos são garantidos de forma independente um do outro com contas a receber da CEMAT, bem como os pagamentos de vencimentos previstos em seus contratos de concessão. O empréstimo do BID é garantido pela Rede e exigem que os acionistas controladores da CEMAT, inclusive a Rede, celebraram um contrato de retenção de ações para acordar que não haverá troca de controle em relação à CEMAT e que a garantia do BID de receber o pagamento de vencimento previstos nos respectivos contratos de concessão permanecerão válidos e com efeito. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas contratuais destes empréstimos, inclusive de atendimento de compromissos financeiros (tais como, índice de endividamento (max. 3,50), capital de terceiros (max. 0,60), de dívida em relação ao EBITDA3 (max. 1,00), de dívida a curto prazo em

³ O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil

relação ao EBITDA (max. 0,75) e de despesas com pagamentos de juros (min. 2,00)), bem como restrições de investimentos, ônus, fusões e consolidações, venda de ativos e operações com partes relacionadas, e ainda, políticas ambientais, de saúde, de segurança, de trabalho e de responsabilidade social do BID.

Em relação aos empréstimos do BID, a Rede concorda em não onerar, trocar, ceder como forma de pagamento, vender ou transferir ações ordinárias de emissão da Companhia, de sua titularidade, que poderiam causar a sua perda da posição de detentor da maioria das ações ordinárias de emissão da CEMAT em circulação.

Debênture - 2ª (segunda) emissão

As debêntures contarão com as seguintes garantias: (i) garantia fidejussória, na forma de fiança, da controladora, Rede Energia S.A.; e (ii) cessão fiduciária pela Companhia em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia da dívida representada pelas Debêntures: (a) dos direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Companhia aos consumidores em montante equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor devido pela Companhia aos titulares das Debêntures em cada data de pagamento a título de remuneração e amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitado a 7,34% (sete inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) da receita operacional líquida da Companhia, sendo certo que, em caso de excussão, somente serão retidos para pagamento recursos em montante correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor total devido pela Companhia aos Debenturistas em cada uma das datas de pagamento da remuneração e datas de amortização, somado a eventuais despesas de excussão. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas na escritura desta emissão, inclusive de atendimento de compromissos financeiros, tais como, índice de endividamento (max. 3,25) e de despesas com pagamentos de juros (min. 2,00).

Debênture – 3ª (terceira) emissão

As debêntures contarão com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária pela Companhia em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia da dívida representada pelas Debêntures: (a) dos direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Companhia aos consumidores em montante equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do valor devido pela Companhia aos titulares das Debêntures em cada data de pagamento a título de remuneração e amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitado a 1,958% (um inteiro e novecentos e cinquenta e oito centésimos por cento) da receita operacional líquida da Companhia, sendo certo que, em caso de excussão, somente serão retidos para pagamento recursos em montante correspondente a 120% (cento e vinte por cento) do valor total devido pela Companhia aos Debenturistas em cada uma das datas de pagamento da remuneração e datas de amortização, somado a eventuais despesas de excussão. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas na escritura desta emissão, inclusive de atendimento de compromissos financeiros. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas na escritura desta emissão, inclusive de atendimento de compromissos financeiros, tais como, índice de endividamento (max. 3,50) e de despesas com pagamentos de juros (min. 1,90) até 31/12/2011 e índice de endividamento (max. 3,25) à partir de 30/06/2012, bem como, as despesas com pagamentos de juros (min. 2,00) em 30/06/2012 e (min. 2,10) em 31/12/2012. .

Debênture – 4ª (quarta) emissão

As debêntures contarão com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária pela Companhia em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia da dívida representada pelas Debêntures: (a) dos direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica

ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

pela Companhia aos consumidores em montante equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do valor devido pela Companhia aos titulares das Debêntures em cada data de pagamento a título de remuneração e amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitado a 1,8349% (um inteiro e oito mil trezentos e quarenta e nove milésimos por cento) da receita operacional líquida da Companhia, sendo certo que, em caso de excussão, somente serão retidos para pagamento recursos em montante correspondente a 120% (cento e vinte por cento) do valor total devido pela Companhia aos Debenturistas em cada uma das datas de pagamento da remuneração e datas de amortização, somado a eventuais despesas de excussão. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas na escritura desta emissão, inclusive de atendimento de compromissos financeiros, tais como, índice de endividamento (max. 3,50) e de despesas com pagamentos de juros (min. 1,90) até 31/12/2011 e índice de endividamento (max. 3,25) à partir de 30/06/2012, bem como, as despesas com pagamentos de juros (min. 2,00) em 30/06/2012 e (min. 2,10) em 31/12/2012.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 7,3%, passando de R\$2.842,4 milhões em 2010 para R\$3.049,1 milhões em 2011, influenciado principalmente pelo: (i) aumento de 2,1% nas vendas em MWh; e (ii) aumento de 10,3% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$ dividida pelas vendas em MWh). Desconsiderando-se portanto, a receita de construção, que é parte dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Report Standard), Normas Internacionais de Contabilidade, e que não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esse mesmo valor aparece no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA, a receita bruta registrou um expressivo aumento de 16,0%, passando de R\$2.381,4 milhões em 2010 para R\$2.763,3 milhões em 2011.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$916,0 milhões em 2011, o que representa um acréscimo de 1,7% em relação aos R\$900,7 milhões de 2010, principalmente devido ao aumento da demanda.

Custo da Operação

O custo de operação foi de R\$535,9 milhões em 2011 e R\$696,7 milhões em 2010, representando uma redução de 23,1%. Assim como na receita, desconsiderando-se o custo de construção que, como já comentado, não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, o custo de operação registrou um aumento de 6,1%, passando de R\$235,7 milhões em 2010 para R\$250,1 milhões em 2011. Esse aumento reflete apenas a inflação do período que, medida pelo IGPM, foi de 5,1%.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais registraram um aumento de 16,6%, passando de R\$140,5 milhões em 2010 para R\$163,7 milhões em 2011, principalmente devido ao item pessoal. Isso se deve ao fato de que o número de pessoal alocado diretamente às obras foi menor em 2011, quando comparado com 2010 e, portanto, uma menor imobilização de parte desses custos.

EBITDA

Em consequência dos resultados comentados acima, o EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação/desativação de bens e direitos e outros resultados não operacionais, aumentou 49,4%, partindo de R\$360,7 milhões em 2010 para R\$538,7 milhões em 2011.

Resultado Líquido

O resultado financeiro manteve-se estável de 2010 para 2011, passando de uma despesa financeira de R\$179,3 milhões em 2010 para uma despesa financeira de R\$180,3 milhões em 2011, o que representa uma sensível variação de 0,6%. Face a isso, o lucro líquido da companhia foi de R\$146,9 milhões em 2011 e R\$18,6 milhões em 2010, influenciado pelo bom resultado operacional da companhia.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 13,2%, passando de R\$2.510,9 milhões em 2009 para R\$2.842,4 milhões em 2010. A receita operacional líquida do exercício de 2010 foi de R\$1.956,6 milhões, representando um aumento de 16,6% em relação à receita verificada em 2009. Esse incremento foi influenciado pelo crescimento do mercado consumidor cativo em 2,5%, já explicado em tópico anterior, bem como, pelo aumento do preço médio de venda de energia elétrica a todo mercado consumidor. Outro fator que influenciou o aumento da receita bruta foi a receita de construção que passou de R\$306,3 milhões em 2009, para R\$461,0 milhões em 2010. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Report Standard), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 8,0%, passando de R\$2.204,6 milhões em 2009 para R\$2.381,4 milhões em 2010.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$900,7 milhões em 2010, o que representa um acréscimo de 14,5% em relação aos R\$786,9 milhões de 2009. Essa variação é resultado do aumento de 2,1% na energia comprada (de 6.423 GWh em 2009 para 6.559 GWh em 2010), e aumento do custo médio de compra dessa energia, que foi de 13,3%.

Custo da Operação

O custo de operação foi de R\$696,7 milhões em 2010 e R\$522,0 milhões em 2009, representando um crescimento de 33,5%. Esse aumento se deu principalmente pelos custos de construção, que em função da adoção das práticas do IFRS passam a transitar pelas contas de resultado como custo de operação. Desconsiderando-se portanto os custos de construção, o aumento do custo de operação seria de 9,3%.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais registraram um aumento de 21,9%, passando de R\$104,6 milhões em 2009 para R\$127,6 milhões em 2010, principalmente devido aos gastos incorridos durante o exercício de 2010 com a implantação de projetos como o Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e do sistema operacional SAP.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação/desativação de bens e direitos, reduziu de R\$380,1 milhões em 2009 para R\$360,7 milhões em 2010, representando uma variação de 5,1%. Essa redução se deu principalmente em razão do aumento de R\$113,8 milhões no custo do serviço de energia elétrica, já explicado em parágrafo anterior.

Resultado Líquido

O lucro líquido da companhia passou de R\$149,5 milhões em 2009 para R\$18,8 milhões em 2010, influenciado pela redução do EBITDA, e também pelo aumento do resultado financeiro, que passou de uma despesa de R\$92,5 milhões em 2009 para uma despesa de R\$185,3 milhões em 2010, influenciado principalmente, pela redução de R\$59,7 milhões na receita financeira (receita financeira não recorrente em 2009 devido a benefício oriundo do parcelamento de tributos - Lei 11.941/2009); e pelo aumento de encargos de dívida em R\$33,9 milhões.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 comparadas com 31 de dezembro de 2010

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2011, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$158,9 milhões, comparados aos R\$109,40 milhões em 31 de dezembro de 2010, essa variação é principalmente devido ao montante de R\$119,4 milhões mantidos em aplicações financeiras.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo da conta de consumidores foi de R\$537,7 milhões, comparados com R\$402,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$135,1 milhões

ou 33,6%, ocorreu, principalmente, em virtude do aumento do faturamento, e dos vencimentos que passaram do longo para o curto prazo,

O saldo da perda no valor recuperável foi em 31 de dezembro de 2011, de R\$31,8 milhões, comparados com R\$54,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 41,3% (R\$22,4 milhões) tal redução ocorreu em virtude da realização de perdas no período.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar corresponde a R\$35,4 milhões, comparado aos R\$36,4 milhões de 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$1,0 milhão ou 2,8% ocorreu principalmente devido ao aumento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na declaração de ajuste anual e a redução do valor de ICMS a compensar na aquisição de bens do ativo imobilizado, que será compensado em até 48 meses.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores foi de R\$143,0 milhões, comparados aos R\$166,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal redução de R\$23,6 milhões ou 14,2% ocorreu principalmente em virtude dos vencimentos que passaram para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$158,9 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$100,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de R\$58,6 milhões ou 58,42% ocorreu principalmente pela concessão de crédito para uma das empresas relacionadas, Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, cujo saldo passou de R\$28,8 milhões em 2010 para R\$65,1 milhões em 2011.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$111,1 milhões, comparados aos R\$133,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa diminuição de R\$22,7 milhões ou 17,0% foi decorrente da redução da diferença temporária apurada no período, referente a perda no valor recuperável e nos prejuízos fiscais e base negativa de 2011 de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2011 foi de R\$2085,9 milhões, o que representa um aumento de 6,1% (R\$120,7 milhões) em relação aos R\$1965,2 milhões de 2010, principalmente devido a variação de R\$89,3 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de fornecedores era de R\$183,5 milhões, comparados aos R\$127,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$56,5 milhões ou 44,4%, principalmente devido ao aumento de R\$37,6 milhões nos fornecedores de suprimentos de energia elétrica e aumento de R\$23,6 milhões nos fornecedores de materiais e serviços.

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$220,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$164,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 33,8% (R\$55,7 milhões). Tal aumento foi principalmente decorrente da adesão do novo parcelamento em Abril/2011 de Pis e Cofins com a Receita Federal do Brasil no valor de R\$30,1 e do aumento das obrigações fiscais Estaduais com ICMS no valor de R\$42,1 adicionalmente a redução referente conclusão da etapa final da consolidação das modalidades do parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/09 no montante de R\$15,4.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos totalizaram R\$405,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$440,3 milhões em 2010, representando uma redução de 7,88% (R\$34,7 milhões). Essa redução ocorreu principalmente devido a contratação dos empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento a longo prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$108,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$116,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 7,53% (R\$8,8 milhões). Essa redução foi principalmente decorrente da conclusão da etapa final da consolidação das modalidades do parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/09.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de longo prazo totalizaram R\$893,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$818,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 9,17% (R\$75,0 milhões) principalmente devido a: (i) emissão de debêntures, que agregou R\$156,7 milhões ao saldo de longo prazo; e (ii) redução de R\$51,0 milhões no saldo do BID, devido a amortização do principal e variação cambial – esse empréstimo é em US\$.

Tributos Diferidos

Os tributos diferidos totalizaram R\$136,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$1,6 milhão em relação aos R\$134,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse variação pouco expressiva de 1,2% foi devida às diferenças temporárias dos passivos regulatórios, totalizando um aumento de R\$12,9 milhões e a redução na realização da reserva de reavaliação de 11,3 milhões, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011 o Patrimônio Líquido foi de R\$1.277,2 milhões, comparados aos R\$1.168,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação pouco expressiva de R\$12,6 foi influenciada pelo aumento de R\$130,5 milhões nas reservas de lucro e redução de R\$21,9 milhões nos outros resultados abrangentes.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparadas com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2010, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$109,4 milhões, comparados aos R\$35,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, principalmente devido ao montante de R\$72,8 milhões mantidos em aplicações financeiras.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de consumidores foi de R\$456,8 milhões, comparados com R\$373,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$83,3 milhões ou 22,3%, ocorreu, principalmente, em virtude do aumento do faturamento, e dos vencimentos que passaram do longo para o curto prazo.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$36,4 milhões, comparado aos R\$27,1 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$9,3 milhões ou 34,3% ocorreu principalmente devido ao aumento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na declaração de ajuste anual.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de consumidores foi de R\$166,6 milhões, comparados aos R\$229,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de R\$62,8 milhões ou 27,4% ocorreu principalmente em virtude dos vencimentos que passaram para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$100,3 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$92,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. O aumento de R\$7,7 milhões ou 8,3% ocorreu principalmente pela concessão de crédito para uma das empresas relacionadas, Caiuá Distribuição de Energia S.A., cujo saldo passou de R\$0,2 milhão em 2009 para R\$15,6 milhões em 2010.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$133,8 milhões, comparados aos R\$162,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa diminuição de R\$29,0 milhões ou 21,7% foi decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2010 foi de R\$1.965,2 milhões, o que representa um aumento de 5,5% (R\$102,3 milhões) em relação aos R\$1.862,9 milhões de 2009, principalmente devido a variação de R\$86,0 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de fornecedores era de R\$127,0 milhões, comparados aos R\$167,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$40,4 milhões ou 24,1%, principalmente devido a redução de R\$30,3 milhões nos fornecedores de materiais e serviços redução de R\$5,1 milhões nos encargos de uso da rede elétrica.

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

(a) Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$164,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$169,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 3,06% (R\$5,2 milhões). Essa redução pouco significativa é principalmente devido à redução do imposto ICMS apurado no exercício corrente.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos totalizaram R\$440,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$320,8 milhões em 2009, representando um aumento de 37,3% (R\$119,5 milhões). Esse aumento ocorreu principalmente devido (i) emissão de debêntures, que agregou R\$81,4 milhões ao saldo devedor, e (ii) aumento de R\$35,2 milhões no capital de giro.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$116,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$79,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de

46,7% (R\$37,2 milhões). Esse aumento foi principalmente decorrente da adesão ao novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de longo prazo totalizaram R\$818,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$714,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 14,6% (R\$104,0 milhões) principalmente devido a: (i) emissão de debêntures, que agregou R\$180,2 milhões ao saldo de longo prazo; e (ii) redução de R\$46,7 milhões no saldo do BID, devido a amortização do principal e variação cambial – esse empréstimo é em US\$.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, nosso exigível em longo prazo totalizou R\$33 mil (trinta e três mil reais) e R\$42,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução foi devido ao pagamento às seguintes companhias relacionadas: Rede Comercializadora S.A (R\$8,3 milhões), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (R\$18,5 milhões) e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (R\$14,9 milhões).

Tributos Diferidos

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação no longo prazo totalizaram R\$134,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um decréscimo de R\$12,6 milhões em relação aos R\$147,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa diminuição de 8,6% foi devida à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010 o Patrimônio Líquido foi de R\$1.168,6 milhões, comparados aos R\$1.156,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação pouco expressiva de R\$12,6 foi influenciada pelo aumento de R\$37,1 milhões nas reservas e redução de R\$24,5 milhões nos outros resultados abrangentes.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da CEMAT é, em sua maior parte, oriunda da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Mato Grosso, que por sua vez são subdivididas em classes de consumo. A seguir faremos uma análise do comportamento dessas classes em 2011, em comparação a 2010.

A classe residencial, responsável por 34,3% do total da energia fornecida (1.799 GWh) e 75,9% do número total de consumidores (835.549 consumidores), apresentou um crescimento de 4,1% no consumo de energia elétrica e um crescimento de 5,2% no número de consumidores, quando comparados ao exercício anterior. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelo aumento do número de empregos e pela renda dos trabalhadores.

A classe industrial passou a ser a terceira mais representativa no fornecimento de energia elétrica da empresa, com participação de 15,8% da energia fornecida (828 GWh) e 17.856 consumidores. O consumo apresentou um decréscimo de 15,0% e o número de consumidores registrou um crescimento de 8,7%. Esse crescimento, abaixo da média histórica, foi influenciado pela migração de certos clientes industriais para o mercado livre e também pela crise no setor de frigoríficos e abate de animais.

A classe comercial, segunda mais representativa no fornecimento de energia elétrica da empresa em 2011, com participação de 23,2% do total da energia fornecida (1.220 GWh) e com 82.716 consumidores, apresentou um crescimento de 6,8% no consumo e 5,2% no número de consumidores, quando comparados ao ano anterior. As atividades que mais exerceram influência sobre o desempenho da classe foram: atividades de comércio atacadista, que registraram um crescimento de 15,5% e serviços, com crescimento de 13,8%. Vale observar que, nas atividades relacionadas a gerência de escritórios, administração e ensino, houve migração de clientes para o mercado livre. Considerando-se o fornecimento a clientes livres no total da classe, teríamos um consumo de 1.262 GWh em 2011, o que representaria um aumento 9,2% em relação a 2010.

A classe rural é quarta maior com relação ao consumo de energia, com 13,8% (726 GWh), e a segunda maior classe em relação ao número de consumidores (151.817 consumidores). Essa classe registrou um crescimento de 13,5% no fornecimento de energia e de 8,9% no número de consumidores, principalmente devido à implementação do Programa Luz Para Todos.

Na tabela abaixo é demonstrada a receita líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

R\$ mil	2011	2010	2009
Receita operacional bruta	3.049.090	2.842.424	2.510.904
Deduções	(1.039.325)	(885.836)	(832.600)
Receita operacional líquida	2.009.765	1.956.588	1.678.304

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia possui, principalmente, os seguintes fatores:

- (a) Alterações nos custos da Companhia, incluindo o preço de energia, embora, alguns custos, como aqueles chamados de não gerenciáveis (encargos setoriais e compra de energia, basicamente), são repassados integralmente para a tarifa, a menos que a contratação de energia ultrapasse 103% da necessidade. Nesse caso, o excedente deverá ser comercializado pela Companhia no mercado *spot*.

- (b) Comportamento do mercado consumidor, que poderá ser influenciado por aumento da renda, elevação ou redução na temperatura, e instalações de novas indústrias na área de concessão da Companhia (ou migração de indústrias para outras regiões do país).
- (c) Alterações nas tarifas de energia decorrentes da revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- (d) Disponibilidade de energia para o atendimento sem restrições ao mercado. Por exemplo, em 2001, a geração de energia não foi suficiente para atendimento da demanda, resultado em racionamento. Na ocasião, as companhias do setor tiveram suas receitas reduzidas entre 20% e 30%;
- (e) Condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- (f) Resultados das disputas judiciais e contingências; e
- (g) Variação cambial e de taxa de juros.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).

Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.

Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 5 anos, o equilíbrio financeiro-econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica é aplicável sobre Parcela “B”, tendo seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

- (a) Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para

reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

- (b) Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- (c) Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- (d) Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- (e) Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- (f) Referente à aplicação de 1,3% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,30% em eficiência energética no setor elétrico.
- (g) Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.
- (h) Representa à parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.
- (i) É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não Aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não Aplicável

10.4 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há mudança significativa nas práticas contábeis do exercício de 2.011.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Provisões;
- Perda no valor recuperável;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Ativo financeiro – bens da concessão;
- Vida útil de ativo intangível;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- Passivos contingentes; e

- Planos de pensão.

e. Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 22.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e Recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado - são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*).

ii. Mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e Recebíveis - são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas "Consumidores" e "Tributos a Recuperar". As taxas de descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão, limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a

depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Reserva de reavaliação (Outros resultados abrangentes): A sua realização se dá em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos, financiamentos e debêntures: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados

pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Operações de *swap*” e o resultado apurado na conta “Receitas e Despesas Financeiras” (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes, que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, são atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo

fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesa com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2011, sendo elas:

- Emenda da IAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26 - R1): Conceitos e forma de apresentação dos resultados abrangentes. Vigência 1/7/2012;
 - Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
 - Emenda da IAS 19 – Benefícios a empregados (CPC 33): Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Vigência 1/1/2013;
 - Emenda da IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (CPC 36 - R2): Estabelece a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, *joint ventures*, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas. Vigência em 1/1/2013;
 - Emenda da IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada (CPC 18): Prescreve a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e *joint ventures*. Vigência 1/1/2013;
 - Emenda da IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39): Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência 1/1/2014;
 - Emenda da IFRS 7 (emitida em outubro/2010) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Divulgação das informações que permitam aos usuários entender a relação entre os ativos financeiros transferidos que não são desreconhecidos na sua totalidade e os passivos associados e avaliar a natureza e os riscos associados com o envolvimento contínuo da entidade com o ativo financeiro desreconhecido. Vigência 1/7/2011;
 - Emenda da IFRS 7 (emitida em dezembro/2011) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Estabelece novas divulgações a respeito de compensação de saldos de ativos e passivos financeiros. Vigência 1/1/2013;
 - IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38): Mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 1/1/2015;
 - IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas: Modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas. Vigência 1/1/2013;
 - IFRS 11 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto: É extraído da IAS 31 (CPC 19) as entidades controladas em conjunto, em que, embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão; e, as entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não é mais permitida a consolidação proporcional. Vigência 1/1/2013;
 - IFRS 12 – Divulgação de investimentos em outras entidades: Requerimentos de divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, *joint arrangements*, coligadas e/ou entidades não consolidadas. Vigência 1/1/2013;
 - IFRS 13 – Mensuração do valor justo: Estabelece critérios de mensuração e divulgação do valor justo quando for requerido ou permitido por outros IFRS. Vigência 1/1/2013;
- O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato

normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

Reclassificações e correções: Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31/3/2011, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 3a emissão, não conversíveis em ações em série única no montante de R\$98.000. A emissão foi composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6o da referida Instrução).

O prazo de vencimento é de 5 anos. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago em 54 parcelas mensais e sucessivas. As primeiras 53 parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,8518% do valor nominal, têm a primeira parcela devida em 7/11/2011, com seis meses de carência, e a última em 7/3/2016. A 54a parcela corresponde ao saldo devedor do valor nominal e será devida na data de vencimento das debêntures, ou seja, 7/4/2016.

O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado. A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,90% a.a. e será paga mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento de encargos financeiros em 7/5/2011 e o último na data de vencimento.

Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 4,83% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 649/2010. Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$885.

Em 5/10/2011 em Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 4a emissão não conversíveis em ações em série única no montante total de no mínimo R\$50.000 e máximo R\$100.000. A emissão será composta de no mínimo 500 e no máximo 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$100.

O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão que será em 19/10/2011, vencendo-se, portanto em 19/10/2017. O pagamento será em 69 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 68 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1a parcela em 19/2/2012 e a 69a parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/10/2017.

A remuneração das debêntures é de 100% do CDI mais 3,75% a.a. e será paga mensalmente, a partir da data de emissão, no dia 19 de cada mês, ocorrendo o primeiro pagamento em 19/11/2011 e o último em 19/10/2017.

Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 5,54% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 649/2010. Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$212.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos por meio da emissão acima mencionada serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não Aplicável

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não Aplicável

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não Aplicável

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos pela CEMAT:

R\$ mil	2.011	2.010	2.009
Programa Luz Para Todos	68.666	185.996	129.747
Sub-rogação CCC	15.992	31.385	42.491
Manutenção e melhorias no sistema	107.095	119.701	30.966
Total	191.753	337.082	203.204

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

PROGRAMA LUZ PARA TODOS e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2011, 2010 e 2009, a companhia investiu R\$68,7, R\$186,0 e R\$129,7 milhões respectivamente no LPT e UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Fonte Própria.

SUB-ROGAÇÃO CCC: em conformidade com a Resolução ANEEL nº 784 de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 81 de 9 de março de 2004, a companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis CCC, para subsidiar a implantação de projetos que visam a interligação do sistema e desativação da geração térmica. Com esses recursos foram investidos R\$16,0, R\$31,4 e R\$42,5 milhões em 2011, 2010 e 2009 respectivamente.

MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são os investimentos líquidos de subsídios, com caixa próprio, e destinado para atendimento do crescimento vegetativo do mercado, manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$107,1, R\$119,7 e R\$31,0 milhões em 2011, 2010 e 2009 respectivamente.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria. Os programas de interligação, como o caso da Ilha do Marajó, possui fonte integralmente subsidiada (sub-rogação CCC) e os demais programas, como as manutenções e melhorias do sistema, tem como fonte o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados, BNDES e fonte própria.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO: a Companhia investiu R\$15,9, R\$14,8 e R\$13,4 milhões em 2011, 2010 e 2009, respectivamente, em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia e suas controladas, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia, suas Controladas e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa a uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição das controladas pela Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento; e

Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá - MT, 23 de abril de 2012.

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A – CEMAT**

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2011 foi de R\$ 146.884 (cento e quarenta e seis milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

- a) Juros sobre Capital Próprio - R\$ 23.000, deduzindo-se o Imposto de Renda na Fonte de 15% no montante de R\$ 3.450, perfaz a importância líquida de R\$ 19.550, a título de juros sobre o capital próprio, sendo R\$ 0,15437844 por ação ordinária e R\$ 0,16981628 por ação preferencial, exceto para os acionistas que estejam dispensados ou isentos da referida tributação, os quais receberão pelo valor bruto declarado, de R\$ 0,18162169 por ação ordinária e R\$ 0,19978386 por ação preferencial.

Os juros sobre o capital próprio foram deliberados em reunião de Conselho de Administração realizada em 21/12/2011, os quais foram creditados contabilmente

em 30/12/2011 e serão imputados integralmente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2011, pelo valor líquido, conforme acima exposto.

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será realizado na forma e época determinadas em Assembleia Geral Ordinária, com base na posição acionária registrada na data de 21/12/2011.

- b) Dividendo Propostos – de acordo com reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizado em 23.04.12, propõe-se a retenção de todo saldo do dividendo mínimo obrigatório devido que exceder o valor dos juros sobre capital próprio, com fundamento no art. 202, § 4º, da Lei n.º 6.404/76.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Sobre o lucro líquido ajustado de 2011, foram distribuídos juros sobre o capital próprio de R\$ 23.000 (R\$ 19.550 líquido de IRRF), a serem, por deliberação da assembleia, imputados ao dividendo mínimo obrigatório, e que equivalem a 16,48% sobre o lucro líquido (14,01% líquido de IRRF), após deduzidos 5% destinados à reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

De acordo com reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizado em 23.04.12, propõe-se a retenção de todo saldo do dividendo mínimo obrigatório devido que exceder o valor dos juros sobre capital próprio, com fundamento no art. 202, § 4º, da Lei n.º 6.404/76. Esse saldo equivale a R\$ 15.335 (quinze milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais), sendo R\$ 0,12109303 por ação ordinária e R\$ 0,13320233 por ação preferencial.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Caso aprovada a retenção proposta pela administração da Companhia, e na forma do art. 202, § 5º, da Lei n.º 6.404/76, os valores eventualmente retidos serão registrados em reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A decisão pela distribuição ou retenção dos dividendos será tomada pela Assembleia Geral Ordinária, a qual foi convocada para o dia 30/04/2012. Terão direito a dividendos, na forma como deliberado pela assembleia e determinado pela lei, os acionistas inscritos como proprietários ou usufrutuários da ação na data do ato de declaração desses dividendos, na forma do Artigo 205 da Lei nº 6.404/76.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios:	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício (R\$):	84.561	149.496	18.605	146.884
Lucro líquido por ação (R\$):				
Ordinárias	0,67	1,18	0,15	1,28
Preferenciais	0,73	1,30	0,16	1,16

O lucro líquido por ação é apresentado de acordo com a Deliberação CVM 636/2010 – Determinação e apresentação do resultado por ação.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

DIVIDENDOS

<u>Espécie de ações</u>	Número de ações	2010 - AGO 2011	
		Vr. por ação R\$	Totais R\$ MIL
Ações ordinárias	41.017.775	0,000000	0
Ações preferenciais	77.835.530	0,000000	0
Total	118.853.305		0

<u>Espécie de ações</u>	Número de ações	2009 - AGO 2010	
		Vr. por ação R\$	Totais R\$ MIL
Ações ordinárias	41.017.775	0,118588	4.864
Ações preferenciais	77.835.530	0,130447	10.154
Total	118.853.305		15.018

<u>Espécie de ações</u>	Número de ações	2008 - AGO 2009	
		Vr. por ação R\$	Totais R\$ MIL
Ações ordinárias	41.017.775	0,043012	1.764
Ações preferenciais	77.835.530	0,047313	3.683
Total	118.853.305		5.447

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

<u>Espécie de ações</u>	Número de ações	2010 - AGO 2011	
		Vr. por ação R\$	Totais R\$ MIL
Ações ordinárias	41.017.775	0,04027263	1.652
Ações preferenciais	77.835.530	0,04429999	3.448
Total	118.853.305		5.100

<u>Espécie de ações</u>	Número de ações	2009 - AGO 2010	
		Vr. por ação R\$	Totais R\$ MIL
Ações ordinárias	41.017.775	0,194651	7.984
Ações preferenciais	77.835.530	0,214116	16.666
Total	118.853.305		24.650

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A esta reserva são destinados 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do Lucro Líquido no exercício social findo em 31.12.2011, no montante de R\$ 146.884, constituiu-se a reserva legal de 5% sobre essa base, resultando em R\$ 7.344.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, na forma prevista no artigo 33 do estatuto social da companhia, e no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A proposta da administração para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, ainda a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

<u>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</u>	Número de ações	Propostos - 2011	
		Vr. por ação R\$	Totais R\$ MIL
<u>Espécie de ações</u>			
Ações ordinárias	41.017.775	0,15437844	6.332
Ações preferenciais	77.835.530	0,16981628	13.218
Total	118.853.305		19.550

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, observado o disposto nos artigos 8º 34 do estatuto social da Companhia.

Segue abaixo o cálculo dos dividendos propostos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Lucro líquido do exercício	146.884
Reserva legal (5%)	(7.344)
Base de cálculo para dividendos mínimos	139.540
Percentual sobre o lucro	25%
Dividendo mínimo obrigatório	34.885
Juros sobre o capital próprio propostos:	
Juros sobre o capital próprio	23.000
Imposto de renda retido na fonte	(3.450)
Juros sobre o capital próprio propostos:	19.550
<i>Dividendos a serem retidos (art. 202, § 4º, Lei 6.404/76)</i>	15.335
Total	34.885

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

De acordo com reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizado em 23.04.12, propõe-se a retenção de todo saldo do dividendo mínimo obrigatório devido que exceder o valor dos juros sobre capital próprio, com fundamento no art. 202, § 4º, da Lei n.º 6.404/76.

Caso aprovada a retenção proposta pela administração da Companhia, e na forma do art. 202, § 5º, da Lei n.º 6.404/76, os valores eventualmente retidos serão registrados em reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Informar o montante eventualmente retido

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Propõe-se a retenção de R\$ 15.335 (quinze milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais), sendo R\$ 0,12109303 por ação ordinária e R\$ 0,13320233 por ação preferencial

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

A análise da situação financeira da CEMAT está pormenorizada no item 10.1 do Formulário de Referência, no tópico Comentários dos Administradores, texto que é parte integrante da Proposta da Administração, na qual o presente documento está inserido.

c. Justificar a retenção dos dividendos

A administração entende que, em razão da necessidade de iniciar processo de renegociação de compromissos financeiros com os diversos credores da Companhia, a distribuição integral do dividendo mínimo obrigatório passou a ser incompatível com a situação financeira da Companhia.

Apenas após a data da primeira divulgação da Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, e em particular durante as últimas duas semanas, a administração pode melhor avaliar as características de tal processo de renegociação, seus efeitos potenciais para a estrutura de capital da Companhia e a postura dos credores em relação ao tratamento a ser dado ao fluxo de caixa livre da Companhia.

Assim, a administração optou, conservadoramente, por rever sua proposta a respeito da destinação do resultado e decidiu pela retenção de parte dos dividendos mínimos obrigatórios, como forma de reforçar as reservas da Companhia, melhorar seus índices, precaver-se contra eventuais demandas extraordinária de recursos no curto prazo e favorecer a condução de processo de reestruturação de sua dívida.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O estatuto estabelece em seu art. 33, alínea “h”, que o lucro remanescente, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição de reservas de investimentos, observado o disposto no parágrafo único do mesmo artigo 28, e o art. 194 da Lei nº 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Dos lucros acumulados, foi proposto pela administração a destinação de R\$ 123.114 à Reserva de Investimentos.

c. Descrever como o montante foi calculado

	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	146.884
Realização de reserva de reavaliação	21.909
Reserva legal (5%)	(7.344)
Juros sobre capital social	(23.000)
<i>Dividendos a serem retidos (art. 202, § 4º, Lei 6.404/76)</i>	<i>(15.335)</i>
Reserva de investimento	<u>123.114</u>

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não há retenção de lucros.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá – MT, 23 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A - CEMAT**

**ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES
CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU
ACIONISTAS CONTROLADORES**

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução
CVM 480/09)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 30/ABRIL/2012
PRAZO DE MANDATO: ABRIL/2014**

Item 12.6. – Tabela

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Jorge Queiroz de Moraes Junior	67	Engenheiro Naval	005.352.658-91	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Alberto José Rodrigues Alves	68	Engenheiro	029.912.508-44	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Antonio da Cunha Braga	64	Administrador de empresas	266.514.758-00	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Octávio Tavares de Oliva Filho	52	Engenheiro Agrônomo	057.619.868-41	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Milton Henriques de Carvalho Filho	32	Contador	859.351.741-20	Conselheiro Administrativo	Representante Empregados	N/A
Carmem Campos Pereira	43	Administradora	111.333.448-79	Conselheira Administrativa	Sim	Diretora Presidente e de Relação com Investidores
Atilano de Oms Sobrinho	68	Advogado	000.848.409-00	Conselheiro Administrativo	Inepar	N/A

(a definir)					Eletróbrás	

(*) N/A – Não aplicável

CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 30/ABRIL/2012
PRAZO DE MANDATO: ABRIL/2013

Item 12.6. - Tabela

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Kleber Cimini Lage	68	Engenheiro Eletricista	002.516.401-59	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Carlos Souza Barros de Carvalhosa	82	Engenheiro Civil	003.684.158-72	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Antonio Carlos de Paula	57	Engenheiro	642.752.998-68	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Osmar José Vicchiatti	70	Administrador de empresas	070.546.298-68	Suplente	Sim	N/A
Annibal Ribeiro do Valle Filho	60	Engenheiro Civil	165.529.386-91	Suplente	Sim	N/A
Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo	68	Engenheiro	010.320.708-20	Suplente	Sim	N/A

(*) N/A – Não aplicável

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Resposta: A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e ou de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Item 12.8 (a) (i e ii). CURRÍCULOS DOS ADMINISTRADORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Queiroz de Moraes Junior

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1945

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP

Administração de Empresas Nível Pós Graduação e de Mestrado

Doutorado (PHD) Michigan State – University – USA – Especialização em Finanças e Contabilidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1995. É presidente do conselho de administração de várias empresas, incluindo as empresas de geração de energia elétrica da Rede Energia e também o presidente do Conselho de Curadores da Fundação Aquarela bem como Membro Efetivo Presidente da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Presidente do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia Aberta em Recuperação Judicial), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Couto Magalhães Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Eletricidade e Serviços S.A., e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Tangará Energia S.A.

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), JQMJ – Participações S.A., Companhia Técnica de Comercialização de Energia, nova denominação social de Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Couto Magalhães Energia S.A., Rede Participações S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A., Rede Peixe Energia S.A., Rede Power do Brasil S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Alberto José Rodrigues Alves

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1943

Engenheiro Eletricista com especialização em Eletrônica – Escola de Engenharia Mauá

Pós Graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas

Mestrado em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1995. Foi Diretor Financeiro da Batia Exportação e Importação S.A – 1987/1988. Diretor Técnico e Sócio da Tacan Eletrônica Ltda – 1975/1986. Gerente do Departamento Técnico da Empresa Elétrica Bragantina S.A – 1971/1974. Gerente Técnico da Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – 1968/1971.

Vice-presidente do Conselho de Administração: da Tangará Energia S.A.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA (Cia Aberta em Recuperação Judicial), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT (Cia Aberta), Fundação Aquarela, QMRA Participações S.A., Couto Magalhães Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, JQMJ – Participações S.A. e Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda. e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Antonio da Cunha Braga

Data de nascimento: 18 de julho de 1947

Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Marília – UNIMAR, eletrotécnico formado pelo Instituto Americano de Lins e pós-graduado em Administração Geral pela USP. Trabalha na Rede Energia S.A (Cia Aberta) há 35 anos.

Atilano de Oms Sobrinho

Data de nascimento: 26 de agosto de 1943
Formado em Direito pela Faculdade de Curitiba
Eletrotécnica – Instituto Politécnico Estadual - IPE
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:
Diretor Geral da Inepar S.A. - 1978/89
Diretor Presidente da Holding – Inepar Administração e Participação – Desde 1984
Presidente da Inepar S/A – Desde 1989
Membro do Conselho de Administração do Grupo Inepar. – 1978/89.
Membro do Conselho de Administração da QMRA Participações S/A.
Diretor Vice-Presidente da QMRA Participações S/A.
Presidente do Conselho de Administração da Inepar S/A – Desde 1989
Presidente da IESA – Desde 2003
Conselheiro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
Conselheiro da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE
Conselheiro do Conselho Superior da Associação Comercial do PR
Conselheiro da ABDIB

Octávio Tavares de Oliva Filho

Data de Nascimento: 31 de Dezembro de 1959
Formado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual Paulista-UNESP
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
DENERGE – 1985/1991, nas empresas Batia Exp. E Import. S/A – Vice Presidente, Agro Pastoral Lageado S/A – Diretor e Agro Comercial Lageado Ltda – Diretor
Metal Yanes – S/A – 1992/1994 – Diretor Corporativo
Yanes Minas Ind. e Com. Ltda – 1994/2000 – Diretor Geral
Kidde Brasil Ltda – 2000/2005 – Diretor Corporativo
EcoSafety Equipamentos de Segurança Ltda – Sócio Gerente
FIESP – 2002/2004 – Conselheiro
CIESP – a partir de 2004 – Conselheiro
ABNT – 2002/2004 – Membro do Conselho Deliberativo
Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta)
Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta em Recuperação Judicial)
Membro do Conselho de Administração da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - ENERSUL (Cia Aberta).

Milton Henriques de Carvalho Filho

Data de Nascimento: 19 de agosto de 1977
É contador formado pela Universidade Federal do Mato Grosso(1999/2002). Fez Pós Graduação em Auditoria Contábil na Universidade Federal do Mato Grosso (2002) e MBA em Controladoria, Auditoria e Gestão financeira pela Faculdade Getúlio Vargas.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: empregado da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - Cemat (Cia Aberta) na diretoria de contabilidade desde 01/02/2000.

Carmem Campos Pereira

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1968

Formada em Direito na Faculdade Metropolitanas Unidas - 1995
Administração de Empresas Graduada pela Universidade São Judas Tadeu - 1989
MBA Finanças – USP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro da Diretoria desde maio de 1998.

Diretora Presidente e de Relação com Investidores e diretora administrativa e Financeira das empresas: Rede Energia S.A (Cia Aberta), Rede Participações S.A., Rede Peixe Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA (Cia Aberta em Recuperação Judicial), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT (Cia Aberta), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A, Caiuá Distribuição de Energia S.A e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Cia Aberta).

Diretora Vice-presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretora das empresas: BBPM – Participações S.A S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Elucid Partners S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa Elétrica Bragantina S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A, Tangará Energia S.A, QMRA Participações S.A, Rede Power do Brasil S/A e Fundação Aquarela.

Diretora e membra do Conselho de Administração da empresa: Couto Magalhães Energia S.A

Sócia Administradora: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda. e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

CONSELHO FISCAL

– MEMBROS EFETIVOS

Kleber Cimini Lage

Nascido em 06 de agosto de 1943, o Sr. Kleber é engenheiro eletricitista formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás (1968). É membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde abril/2006. Foi professor do Departamento de Eletrotécnica da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás. Atuou como diretor de Planejamento da Celtins e como Diretor Estatutário da Investco S.A de 1998 a 2003. Exerceu ainda o cargo de Assessor da Rede Energia de 2003 a 2006.

Carlos Souza Barros de Carvalhosa

Nascido em 05 de dezembro de 1929, o Sr. Carvalhosa é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1948/1952). Seminários e Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de O&M e Informática – Análise de Sistema – Bancos de Dados. Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde abril/2000. É também membro do conselho fiscal da Rede Energia S.A (Cia Aberta), Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA (Cia Aberta em Recuperação Judicial) e CELTINS. Foi gerente da CNBO – Produtora de Energia Elétrica Ltda. de 1997 a 1998 e diretor de investimentos incentivados da Investco S.A (Cia Aberta Incentivada).

Antonio Carlos de Paula

Nascido em 16 de setembro de 1954, o Sr Antonio é engenheiro elétrico formado pela Universidade de Mogi das Cruzes, com extensão em contabilidade e finanças para executivo e gerenciamento de empreendimentos pela Fundação Getúlio Vargas. É gerente de projetos da Ericsson Telecomunicações.

– MEMBROS SUPLENTE

Osmar José Vicchiatti

Nascido em 13 de novembro de 1941, o Sr. Vicchiatti é graduado em Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo. Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde abril/2006. É membro do conselho deliberativo da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência. Foi diretor da EEB e diretor e membro do conselho de administração de outras empresas da Rede Energia S.A (Cia Aberta) de 1980 a 2003.

Annibal Ribeiro do Valle Filho

Nascido em 30 de abril de 1951, o Sr. Annibal é formado em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG com curso de especialização em administração pela Fundação Getúlio Vargas (1981). Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde abril/2004. Foi gerente técnico da Construtora Beter S.A. e gerente de planejamento, orçamento e controle da Badra S.A. de 1982 a 1995. É Sócio Gerente da Planorc Serviços de Engenharia S/C Ltda. Foi professor da Escola de Engenharia de Alfenas, Minas Gerais.

Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo

Nascido em 08 de Outubro de 1942, o Sr. Quartim é engenheiro Formado pela Escola de Engenharia de Mauá (1966) e Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas (1972). É membro efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A.(Cia Aberta) e conselheiro Curador da Fundação Aquarela. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia e de outras empresas da REDE ENERGIA e consultor do Grupo Rede.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Resposta: Não há.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Resposta: Não há.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Resposta: Não há.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor

Resposta: Não há.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Resposta: Não há.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Resposta: Não há.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Resposta: Não há.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Resposta: Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Resposta: Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Resposta: Não há



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá – MT, 23 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A - CEMAT**

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)

(Valores expressos em reais)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2012, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 5.600.000,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$ 1.000.000,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$ 800.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 200.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$ 4.100.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$ 2.000.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 1.000.000,00, correspondente à remuneração variável, R\$ 300.000,00 referente à benefícios, e o valor de R\$ 800.000,00 referentes aos encargos.

(iii) De até R\$ 500.000,00 para o Conselho Fiscal, sendo R\$ 300.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 100.000,00 correspondente à remuneração variável e o valor de R\$ 100.000,00 referentes aos encargos, observado o disposto no artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta: A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais aplicáveis à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia aplicável aos Diretores Executivos (Estatutários), e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a

competência de seus administradores, também aplicáveis aos Diretores Executivos (Estatutários). Vide item 13.1 (a).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta:

Conselho de Administração: 17,86% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 14,29%

Encargos: 3,57%

Diretoria: 73,21% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 35,71%

Remuneração Variável: 17,86%

Benefícios: 5,36%

Encargos: 14,29%

Conselho Fiscal: 8,93% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 5,36%

Remuneração Variável: 1,79%

Encargos: 1,79%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais. Para o Conselho Fiscal, informamos que os conselheiros suplentes não recebem honorários, a não ser na hipótese de substituírem o conselheiro titular a que estão vinculados. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é feito com base na lei e em práticas de mercado.

A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

A Companhia verifica as práticas de mercado comparando seus indicadores operacionais e desempenho econômico de suas controladas com os números de empresas de mesmo porte e setor, levando em consideração as diferenças regionais do país.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Resposta: A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado visando a retenção dos melhores profissionais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Resposta: A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia, como evolução do EBITDA, desempenho operacional apurados nos exercícios sociais, indicadores de qualidade de serviço, tais como, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) e redução de perdas comerciais, satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Resposta: Os honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. Para os Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Resposta: A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da empresa e responsabilidade social.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Resposta: Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	5	5	18
c.i. Remuneração fixa anual	672.000,00	1.262.196,98	154.200,00	2.088.396,98
Salário ou Pró-labore	672.000,00	1.196.000,00	154.200,00	2.022.200,00
Benefícios diretos e indiretos	-	66.196,98	-	66.196,98
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável		379.827,48	25.700,00	405.527,48
Bônus		379.827,48	25.700,00	405.527,48
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-

Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	672.000,00	1.642.024,46	179.900,00	2.493.924,46

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	672.000,00	1.360.000,00	180.000,00	2.212.000,00
Salário ou Pró-labore	672.000,00	1.260.000,00	180.000,00	2.112.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	462.000,00	-	462.000,00
Bônus	-	462.000,00	-	462.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	672.000,00	1.822.000,00	180.000,00	2.674.000,00

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	2	5	15
c.i. Remuneração fixa anual	672.000,00	1.420.688,59	196.000,00	2.288.688,59
Salário ou Pró-labore	672.000,00	1.182.333,33	196.000,00	2.050.333,33
Benefícios diretos e indiretos	-	238.355,26	-	238.355,26
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	530.833,33	32.000,00-	562.833,33
Bônus	-	530.833,33	32.000,00-	562.833,33
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	672.000,00	1.951.521,92	228.000,00	2.851.521,92

(*) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois os administradores Carmem Campos Pereira, Valdir Jonas Wolf, Alexei Macorin Vivan e José Adriano Mendes Silva não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração prevista para o Exercício de 2012 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	800.000,00	2.300.000,00	300.000,00	3.400.000,00
Salário ou Pró-labore	800.000,00	2.000.000,00	300.000,00	3.100.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	300.000,00	-	300.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	1.000.000,00	100.000,00	1.100.000,00
Bônus	-	1.000.000,00	100.000,00	1.100.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	800.000,00	3.300.000,00	400.000,00	4.500.000,00

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	5	5	19
c. Em relação ao Bônus:	-	379.827,48	25.700,00	405.527,48
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	-	379.827,48	25.700,00	405.527,48
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	462.000,00	-	462.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	462.000,00	-	462.000,00
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração reconhecida para o exercício social de 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	2	5	15
c. Em relação ao Bônus:	-	530.833,33	32.000,00	562.833,33
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração prevista para o exercício social de 2012 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	1.000.000,00	100.000,00	1.100.00,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Ações detidas pelos Administradores em 31/12/2010.						
Órgão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Diretoria Estatutária	
	Companhia	ON	197	ON	1.222.421	ON
PN		104	PN	150.176	PN	0
Controlador Rede Energia S.A	ON	141.500	ON	15	ON	4
	PN	766	PN	15	PN	0

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Planos de Previdência em Vigor			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. N. Membros	-	-	2
c. Nome do Plano	-	-	Plano de Benefício CEMAT OP e Plano de Risco

d. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	-	-	-
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	52.474,73
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	5.239,76
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	-	Desligamento

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Em relação ao Exercício de 2009 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	420.000,00	60.000,00	240.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	30.840,00	30.840,00	30.840,00

Em relação ao Exercício de 2010 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	480.000,00	276.000,00	378.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

Em relação à Proposta para o Exercício de 2011 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	440.000,00	240.000,00	340.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os

administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Resposta: Não aplicável.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	27,98	65,84	6,18

Exercício de 2010 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	23,24	70,94	5,82

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Resposta: Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2009 (R\$)
--

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
REDE				
Remuneração Global	306.000,00	-	18.000,00	324.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
CELPA				
Remuneração Global	144.000,00	300.000,00	51.000,00	495.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
ENERSUL				
Remuneração Global	108.000,00	1.080.000,00	-	1.188.000,00

Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2010 (R\$)

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
REDE				
Remuneração Global	306.000,00	160.000,00	60.000,00	526.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
CELPA				
Remuneração Global	258.000,00	660.000,00	65.200,00	983.200,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
ENERSUL				
Remuneração Global	126.000,00	1.000.000,00	-	1.126.000,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Resposta: Não aplicável.